

“Eu posso demitir quem eu quiser”

Esta é a íntegra da entrevista concedida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso a jornalistas, no Palácio do Planalto:

Presidente — Eu queria aproveitar a oportunidade de estarmos aqui, hoje, com tantos jornalistas e com tanta cobertura, para me referir a fatos recentes.

Toda gente sabe que eu pedia ao porta-voz, que transmitiu que eu não gostei da entrevista dada pelo ministro Sérgio Motta à revista *Veja*. E, de uma maneira muito leal e franca, transmitiu a ele também essa sensação. E a razão é simples: é porque há ali alguns equívocos, o principal dos quais é uma apreciação que me parece equivocada do papel que têm sido os partidos que apoiam a base do governo na implementação das políticas do governo.

Nesta tarde, o Senado acabou de aprovar, na Comissão de Justiça, a reforma da Previdência, que é uma reforma essencial para o Brasil. E isso foi uma colaboração importante. Na semana passada, nós tivemos a aprovação, por 362 votos, do FEF, que era uma matéria também importante: é que muitos achavam que não seria aprovada. Tivemos a aprovação da reforma administrativa.

O balanço — que eu vou pedir até que se distribua aqui — a respeito dessa convocação extraordinária é muito positivo. Inclusive a Comissão aprovou também a questão do regime constitucional dos militares, que era uma matéria que estava há muito tempo. Houve a aprovação da lei geral da telefonia, de petróleo.

E nada disso foi feito, senão porque há um empenho efetivo do conjunto de partidos que constituem a base do governo. Ai estão votos de muitos partidos; até de alguns que não são nem da base. Mas estão, basicamente, os votos do PSDB, do PFL, do PMDB, do PPB, do PTB e outros partidos mais. De modo que não vejo razão para o governo queixar-se da sua base nesse momento.

Em segundo lugar, os ministros que estão no governo, sobretudo os que eu nomeei recentemente, advindos do PMDB foram escolha minha, pessoal minha. E, em matéria de ministério, quem decide é o presidente da República porque o regime, aqui é presidencialista, de tal maneira que quem tem que avaliá-los sou eu. E a minha avaliação já foi externada, em mais de uma oportunidade, uma avaliação positiva do desempenho tanto político — e o resultado dos votos no FEF são uma demonstração disso — quanto no empenho que têm em levar adiante as tarefas de governo.

Eu tive nesta manhã uma conversa com o líder Luís Eduardo Magalhães. O Brasil inteiro sabe do meu apreço pelo líder Luís Eduardo Magalhães e sabe do comportamento dele, que foi muito importante na construção dessas últimas decisões do Congresso da Câmara que eram consideradas decisões muito difíceis. A permanência do Luís Eduardo à frente da liderança do governo tem sido um fator de estabilização, porque é uma pessoa que toda gente sabe que goza da minha confiança e que honra a palavra. Uma pessoa com a qual as forças políticas se entendem de uma maneira muito normal, muito efetiva.

Eu tenho certeza de que o Luís Eduardo continuará sendo líder da maioria e será a pessoa que fala por mim no Congresso Nacional. Que ninguém tenha dúvidas a esse respeito. Assim como, nas funções de coordenação política não temos o ministro político que é o Luís Carlos Santos.

Todos os líderes partidários têm tido uma participação muito ativa nisso, dos vários partidos, do meu partido do PSDB, dos demais partidos. E são pessoas que têm articulado de uma maneira efetiva de uma maneira competente. De tal maneira que eu acho que não existe nenhuma razão para membros do governo fazerem críticas à base do governo. Pelo contrário, o governo está achando que houve um avanço, como já disse e reitero, muito grande graças, precisamente, a essa articulação política.

E nós estamos num momento no Brasil, que é um momento de colher frutos de um esforço grande que vem de dois anos e meio de persistência, para que tenhamos rumo. Então, é um momento em que nós temos que estar mais unidos do que nunca para obter esses rumos.

A mim não interessa tanto a discussão de fulano, beltrano ou sicrano, senão, o que me interessa é saber se nós estamos realmente equipando a população brasileira de instituições e modernizando essas institui-

ções, para que elas possam ser capazes de atender aos anseios nacionais, neste momento em que o Brasil está num impulso grande de renovação.

E eu acho que isso é que conta. Então, eu aproveito a oportunidade para reiterar a minha confiança e o meu apelo às forças políticas, no sentido de que haja essa convergência, em função de objetivos que não são meus, são objetivos nacionais, são objetivos que estão visíveis pelos seus efeitos. Não só a consolidação do Real, como as transformações. Nós estamos transformando a estrutura do Estado brasileiro com o apoio do Congresso, com o apoio da sociedade. Essas reformas são de muita importância e elas não se fazem, senão com o apoio de uma sólida maioria. Daí meu empenho, daí meu esforço.

E, nesse sentido, eu já tinha determinado — e o porta-voz transmitiu a minha determinação a todos os ministros neste momento: em que o Brasil espera de nós um comportamento equilibrado, um comportamento construtivo, tendo em vista um programa, não cabe críticas públicas de ministros e ministros. Não cabe comentários, podem até ter base em percepções pessoais, no âmbito doméstico, no âmbito privado, mas que, transpostos para a cena pública, podem dar a impressão de falta de coesão. Coisa que eu não admito — e a expressão é essa mesmo. Isto vale para todos os setores.

No que diz respeito à política econômica, a condução da política econômica tem o meu aval pessoal. Tem o meu aval pessoal. Quem decide sou eu, em função, naturalmente, das informações que me são trazidas e da competência como os ministros da área econômica têm; dirigido com êxito, evidente — e o País todo é testemunha disso — como têm dirigido, no dia-a-dia, a nossa economia. E assim continuará sendo. Assim continuará sendo, porque isso está promovendo uma transformação pacífica no Brasil.

Então, eu queria aproveitar essa oportunidade para dizer que o que o porta-voz transmitiu é minha decisão. A decisão é tranquila, serena, como sempre sou, mas, implica em que cada ministro, ao manifestar publicamente, se limite à sua área de atuação político-administrativa. Qualquer outra opinião só pode existir no âmbito privado. Diz-se, nós vivemos numa democracia todo cidadão têm opiniões: É verdadeiro. Mas o cidadão investido de posição pública, automaticamente, tem um compromisso também com essa posição pública.

Isso não é para um ministro, isso é para todos. Vale para todos. Isso não quer dizer que as pessoas abdicam dos seus sentimentos, das suas opiniões, nem da sua capacidade de lutar no âmbito do governo para que as suas opiniões tenham peso. Pelo contrário, eu acho que, num governo democrático e todo País sabe que meu temperamento; que é aberto ao diálogo, é muito importante que exista diálogo, que exista opiniões. Mas não possível que esse, às vezes até independentemente da vontade de quem emite opiniões, mas pelo contexto, às vezes opinião descontextualizada ou transmitida por terceiros pode dar uma impressão equivocada, que eu não quero que exista.

A impressão. Não é questão de impressão. A realidade que existe é que nós estamos num momento muito positivo do Brasil e que nós não podemos nos perder por questões que são, francamente, menores.

Eu queria, também aproveitar a oportunidade para aduzir um comentário sobre a situação que alguns estão atravessando, de grandes dificuldades, com respeito às suas polícias militares. A atitude do governo federal nessa matéria tem sido também a mesma, ou seja, a de tranquilidade, mas de apoio persistente, uma vez pedido esse apoio. Esse apoio se faz dentro do âmbito constitucional e não é generalizado. Depende de situações específicas e de cada governador.

Eu creio que o Brasil todo está assistindo o esforço que está sendo feito por muitos governadores, que já fizeram muito esforço para colocar em ordem as suas finanças e que, não obstante, ainda têm dificuldades, até porque não houve ainda a conclusão de algumas reformas que são essenciais para que nós possamos, efetivamente, alterar, renovar para melhor a situação dos funcionários e também dos funcionários das polícias militares. Mas não são os únicos. Eu creio que muitos setores de funcionalismo terão razões para reivindicar, para dizer que precisam mais ou melhorar. E o governo tem que ser solidário com isso. Mas tem que criar as condições para isso.

Alguns governadores (...) enorme esforço de reconstrução das finanças dos seus Estados. E, agora, estão, se defrontando com um certo radicalismo, que não é

próprio. Sobretudo, não é próprio das instituições armadas: Isso é uma questão que tem que ser objeto de uma reflexão nacional. Não se pode confundir, nem mesmo quando a reivindicação é justa, com a intolerância, sobretudo quando essa intolerância é armada.

Eu quero fazer esse alerta e quero transmitir aos governadores, que estão tentando criar uma situação que permita uma solução construtiva, a decisão do governo federal de, dentro do âmbito constitucional, de apoiá-los. Acho que é nesse mesmo espírito, de um Brasil mais maduro, que eu não creio que seja positivo para a democracia a tentativa de generalizar insatisfações e aproveitar-se de eventualmente, aqui e ali, situações que são reais de dificuldade para aumentar as dificuldades, em nome de alguma coisa vaga que não se vê o caminho pelo qual possa haver aquela serenidade necessária que o povo brasileiro deseja e que é necessária mesmo, para que nós possamos continuar construindo, de uma maneira cada vez melhor, o nosso futuro.

Era o que eu queria transmitir aqui.

Duas ou três questões só porque estou...

Jornalista — Presidente o (...) ao líder Luís Eduardo que poderia demitir o ministro Sérgio Motta?

Presidente — Perdão. Eu acabei de dizer que há certas questões que são do âmbito privado que não são questões que devem ser rebatidas em público. Eu posso demitir quem eu quiser. Todos que eu quiser e que seja ministro. Todos e inclusive, naturalmente, o Sérgio Motta.

Agora, eu não vou demitir. Isso é outro assunto, porque o ministro Sérgio Motta — também é bom que se diga — eu já fiz os reparos que tenho que fazer a ele. Faço reparos ao que ele disse. Mas ele tem um papel importante como ministro das Comunicações, no setor que lhe é específico. E eu sou presidente do Brasil. Eu tenho que olhar todas as implicações de qualquer decisão minha. Não tomo decisões por impulso, nem por amizade, nem por motivo de outra natureza, políticos ou quaisquer outros motivos. Eu tenho que ver o conjunto das situações. Mas, obviamente, é tão demissível quanto qualquer outro ministro.

Jornalista — Seria mantido o líder do governo, o deputado Luís Eduardo Magalhães?

Presidente — Certamente. O Luís Eduardo tem a minha confiança plena, total. Não há dúvida.

Jornalista — Como é que o senhor conseguiu reverter, se hoje ele veio decidido a sair do governo?

Presidente — Simplesmente porque o Luís Eduardo é uma pessoa de sentimento público. Tem espírito público. Ele sabe, nos momentos necessários, que as coisas não podem ser segundo os impulsos, que são justificáveis, mas há valores maiores. Ele tem o mesmo tipo de comprometimento com as reformas, com essa transformação do Brasil que eu tenho.

Devo dizer também que conversei com os líderes do PSDB, nessa mesma direção, com os do PMDB. Vou receber as lideranças do PMDB, com a liderança do PPB. Conversei com todos do PFL. E sempre com o mesmo propósito de tranquilidade, de confiança e esse sentimento tão próprio desse momento de que nós estamos avançando: Não é hora de debandar.

Só.

Jornalista — (...) Como o senhor recebe as avaliações de que a sua autoridade estaria sendo arranhada por manter o ministro Sérgio Motta?

Presidente — Veja, eu mantenho as pessoas, na medida do que eu julgar que elas são úteis para a construção de um Brasil que eu estou trabalhando. A minha autoridade não fica em jogo em função de coisas menores. Eu acho que quem exerce o poder, com a legitimidade popular e com a consciência dos seus objetivos, com serenidade, com tranquilidade, não se preocupa com eventuais críticas; aqui e ali, disso ou daquilo.

Vocês não tenham nenhuma dúvida quanto à minha determinação. E, certamente, no meu juízo, no momento em que qualquer pessoa, que eu achar que passou do razoável para que eu possa manter, deixa de ser ministro, como deixa de ser funcionário. Agora, isso será feito sempre com equilíbrio.

E eu repito aqui, o ministro Sérgio Motta tem um papel muito construtivo na área de comunicações, na renovação, de quase uma revolução nessa matéria. E eu tenho que pesar isso como um fator muito positivo.

Límites não de ser colocados para todos. Para Sérgio Motta e para todos os demais, como acabo de fazer. E farei sempre. E sempre pensando, com tranquilidade, no rumo. Nós temos rumo. Esse rumo não vai ser desviado por eventuais opiniões, daqui ou dali.

Muito obrigado a vocês.